

Patrimônio cultural de Lavras (MG): valorização e pertencimento**Cultural heritage of Lavras (MG): appreciation and belonging**

DOI:10.34117/bjdv6n11-007

Recebimento dos originais: 03/10/2020

Aceitação para publicação: 03/11/2020

Vinicius Custódio Messias

Graduando em Arquitetura e Urbanismo

Centro Universitário de Lavras

Instituição: Centro Universitário de Lavras

Endereço: Rua Padre José Poggel, 506 - Centenário, Lavras – MG, Brasil

E-mail: viniciuscm@live.com**Marisa Aparecida Pereira**

Mestre em Ciências e Tecnologia da Madeira

Universidade Federal de Lavras

Instituição: Centro Universitário de Lavras

Endereço: Rua Padre José Poggel, 506 - Centenário, Lavras – MG, Brasil

E-mail: marisa_pereira@hotmail.com**Jamile Augusto de Alvarenga**

Graduanda em Arquitetura e Urbanismo

Colégio Universitário de Lavras

Instituição: Centro Universitário de Lavras

Endereço: Rua Padre José Poggel, 506 - Centenário, Lavras – MG, Brasil

E-mail: alvarengajamile@outlook.com**Amanda Lopes da Silva**

Graduanda em Arquitetura e Urbanismo

Centro Universitário de Lavras

Instituição: Centro Universitário de Lavras

Endereço: Rua Padre José Poggel, 506 - Centenário, Lavras – MG, Brasil

E-mail: amandallopesilva@hotmail.com**Janaina Faleiro Lucas Mesquita**

Mestra em Ambiente Construído e Patrimônio Sustentável

Universidade Federal de Minas Gerais

Graduada em Arquitetura e Urbanismo pela Pontifícia Universidade Católica de Goiás.

Instituição: Centro Universitário de Lavras

Endereço: Rua Padre José Poggel, 506 - Centenário, Lavras – MG, Brasil

E-mail: janainamesquita@unilavras.edu.br

Adriano RodriguesDoutor em Estatística Aplicada e Experimentação Agropecuária
Universidade Federal de LavrasLicenciado e Mestre em Matemática pela Universidade Vale do Rio Verde
Instituição: Centro Universitário de Lavras

Endereço: Rua Padre José Poggel, 506 - Centenário, Lavras – MG, Brasil

E-mail: adrianorodrigues@unilavras.edu.br

RESUMO

Os modos de viver de uma comunidade, sua maneira de se expressar, sua identidade, sua memória, sua história e os modos de saber fazer, formam o patrimônio cultural de um povo. Este está representado de diferentes formas no cotidiano das pessoas. Porém, algumas comunidades não (re)conhecem este patrimônio e não compreendem o mesmo como parte de sua memória e de sua história, isso faz com que ele perca o seu valor e passe a ser destruído sem nenhuma preocupação. Este é um suposto problema verificado na cidade de Lavras, Minas Gerais. Percebemos a pouca visibilidade que o patrimônio cultural possui na cidade, por exemplo, através de um cenário de demolição, sem preocupação, de várias edificações históricas que deveriam estar sendo preservadas. Partindo da hipótese de que o sentimento de pertencimento é fundamental para a sobrevivência do patrimônio cultural ao longo do tempo, esta pesquisa tem como objetivo geral analisar e compreender o que é patrimônio cultural e como se dá o sentimento de pertencimento da população.

Palavras-chave: Arquitetura, Lavras, Patrimônio Cultural, Pertencimento.**ABSTRACT**

The ways of life of a community, its way of expressing itself, its identity, its memory, its history and the ways of knowing how to do it, form the cultural heritage of a people. This is represented in different ways in people's daily lives. However, some communities do not (re) know this heritage and do not understand it as part of their memory and history, this causes it to lose its value and start to be destroyed without any concern. This is a supposed problem in the city of Lavras, Minas Gerais. We perceive the little visibility that cultural heritage has in the city, for example, through a demolition scenario, without concern, of several historical buildings that should be preserved. Based on the hypothesis that the feeling of belonging is fundamental for the survival of cultural heritage over time, this research aims to analyze and understand what cultural heritage is and how the population's feeling of belonging occurs.

Keywords: Architecture, Lavras, Cultural heritage, Belonging.**1 INTRODUÇÃO**

O município de Lavras localiza-se no estado de Minas Gerais, a aproximadamente 240 km da capital mineira Belo Horizonte e, segundo o Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE, 2018), a população estimada no último censo foi de 92.200 pessoas.

No início de sua história, “[...] na primeira metade do século XVIII”, a cidade recebeu o nome de Arraial de Sant’Ana das Lavras do Funil. E foi em 1868, que Lavras recebeu sua emancipação política e administrativa, com uma economia, até então, baseada na agricultura e na pecuária (IBGE,

2018). Assim, com o passar do tempo o município de Lavras se consolidou no estado e no país, sendo destaque como polo universitário.

Neste contexto a cidade foi construída apresentando exemplares de diferentes estilos arquitetônicos desde o colonial até o protomoderno. Além dos exemplares de edificações arquitetônicas, a cidade ainda apresenta as tradições de seus habitantes. Esse conjunto de elementos forma o que podemos chamar de patrimônio cultural, formado por elementos materiais e imateriais.

Ferreira (2020), afirma que os seres humanos julgam como patrimônio todo acervo histórico concedido através de seus antepassados, podendo ser caracterizado como tangíveis e/ou intangíveis. Desse modo, compreende-se que a herança patrimonial é partilhada entre seus herdeiros, sendo eternizada ao longo dos anos. Por outro lado, destaca-se que o legado imaterial pode ser descrito como princípios éticos, tais como lealdade, equidade e honestidade.

Além disso, entende-se que essa bagagem cultural é transmitida entre diversas gerações, ou seja, através dessas referências é possível preservar uma conexão entre pais, avós e aqueles que já não estão mais presentes (FLORÊNCIO, 2016).

Florêncio (2016), assegura que o patrimônio se forma a partir de vivências coletivas sendo de grande importância para uma comunidade, e não só para um único sujeito ou grupo restrito. De acordo com essa perspectiva, essa ferramenta torna-se de ampla relevância para a união entre as pessoas. Logo, entende-se que é sempre algo global, podendo ser uma obra de arte, uma construção arquitetônica, uma festa, um ritual religioso ou objetos que estão presentes em um coletivo por anos e que represente sua identidade.

A Carta Magna brasileira define como patrimônio brasileiro:

Art. 216 – Constituem patrimônio cultural brasileiro os bens de natureza material e imaterial, tomados individualmente ou em conjunto, portadores de referência à identidade, à ação, à memória dos diferentes grupos formadores da sociedade brasileira, nos quais se incluem:

- I. as formas de expressão;
- II. os modos de criar, fazer e viver;
- III. as criações científicas, artísticas e tecnológicas;
- IV. as obras, objetos, documentos, edificações e demais espaços destinados às manifestações artístico-culturais;
- V. os conjuntos urbanos e sítios de valor histórico, paisagístico, artístico, arqueológico, paleontológico, ecológico e científico. (CONSTITUIÇÃO FEDERAL, 1988)

De forma breve, através da citação apresentada, percebemos a importância do patrimônio cultural de uma comunidade, o qual na cidade de Lavras, não é evidenciado e valorizado. Ao observarmos de forma superficial o modo como o patrimônio é tratado na cidade, não percebemos a presença de algo fundamental: a relação de pertencimento, ou seja, a relação de valor entre o patrimônio e a comunidade, o que é fundamental para a preservação deste patrimônio com o passar dos anos.

Podemos resumir o objetivo do sentimento de pertencimento como sendo quando: “sonhamos com comunidade [...] com o comum e as realidades partilhadas que estão na base dela. Sonha-se com uma vida com os outros, com a segurança do lugar, familiaridade e cuidado” (SILVERSTONE in WILTON DE SOUSA, 2010, p. 41). A partir do momento que se estabelece esse sentimento de pertencimento e de valor para com o patrimônio ele passa a ser reconhecido pela comunidade e passa a ser protegido pela mesma. Nesta perspectiva trataremos a respeito de como o a relação de pertencimento está ou não presente na população lavrense.

2 DESENVOLVIMENTO

Os primeiros habitantes do “Arraial de Santana das Lavras do Funil”, onde atualmente se localiza a cidade de Lavras, foram os exploradores paulistanos seduzidos pelo ouro existente na região. Assim, nos meados de 1720, criou-se o primeiro vilarejo. Porém, com estagnação da extração do ouro, precisaram para sobrevivência ocupar-se com a atividade agrícola e pastoril. Como uma maneira de homenagear a Senhora de Sant’Ana, em 1771 foi autorizado a construção da uma capela, hoje a atual Igreja de Nossa Senhora do Rosário. O desenvolvimento do arraial se deu em torno desta capela e sua economia se fortaleceu na agricultura e na pecuária. Deste modo, a origem do nome da cidade de Lavras é justificada devido as lavras para exploração de ouro, que foram significativamente numerosas nesta região, denominada como “Real Grandeza” (IBGE, 2018).

Dentro deste contexto histórico, a cidade foi construída apresentando exemplares de diferentes estilos arquitetônico, como já citado. Além das tradições de seus habitantes. Formando o patrimônio cultural da cidade. O patrimônio cultural é a identidade de um espaço, sendo que cada um deles possui a sua própria pluralidade possibilitando o reconhecimento daquele espaço e tornando-o único. Antônio Rosa Mendes (2012), afirma que o patrimônio cultural é para a sociedade, o que a memória pessoal é para o indivíduo. Logo, podemos perceber a importância do patrimônio cultural para uma cidade e para uma sociedade. Ele é capaz de ultrapassar as fronteiras do tempo compartilhando as concepções do antigo com o moderno.

O Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (IPHAN-DF, 2014), afirma que patrimônio é o conjunto de bens móveis e imóveis existentes no País e cuja conservação seja de interesse público, quer por sua vinculação a fatos memoráveis da história do Brasil, quer por seu excepcional valor arqueológico ou etnográfico, bibliográfico ou artístico. Além disso, o patrimônio é capaz de demonstrar o poder aquisitivo de uma região: econômico e jurídico. No entanto, ele vai muito além desses termos. Ele é fundamental no papel da memória, da valorização da identidade do local, da exploração e aperfeiçoamento da criatividade regional e na criação de valores culturais.

Entretanto, vivemos em uma sociedade em que não se valoriza o nosso legado de patrimônio cultural deixado por nossos antepassados. Carlos Fernando Andrade, coordenador de Patrimônio Histórico do Conselho de Arquitetura e Urbanismo do Rio de Janeiro (CAU/RJ) (PATRIMÔNIO E HERANÇA CULTURAL, 2014), afirma que os brasileiros possuem uma noção muito restrita do que é patrimônio, sendo apenas algo construído e antigo. A sociedade não compreende que o patrimônio abrange muito mais coisas e conceitos, e o que devemos preservar é a imaterialidade daquele conjunto arquitetônico ou aquela peça, pois faz parte da nossa identidade.

Dessa forma, o patrimônio cultural compõe importante acervo de uma comunidade, abrangendo desde saberes e fazeres de comidas típicas (bens imateriais), por exemplo, a edificações históricas (bens materiais) que marcam a formação das cidades. De acordo com a cartilha do Ministério Público Federal (2018), patrimônio cultural denomina-se: “[...] o conjunto de bens, materiais ou imateriais, que traduzem a história, a formação e a cultura de um povo, uma comunidade ou um país [...]”.

A divisão entre material e imaterial se estabelece de acordo com as principais características do bem em questão. Sendo assim os imateriais não podem ser tocados, referindo-se então as celebrações, festas, o modo e o saber fazer, as artes cênicas, musicais, jogos e também podem estar presentes nos lugares que abrigam as práticas que envolvem o coletivo como feiras e santuários (IPHAN-DF, 2014). Já os bens materiais, são aqueles que podem ser tocados, como edificações, obras artísticas, documentos, livros, ferramentas e outros. A princípio somente os bens materiais eram avaliados como patrimônio, mas ao longo dos anos, este conceito precisou ser ampliado, levando a inserção dos bens imateriais também como patrimônio cultural, no qual o Congresso Nacional definiu por meio da Constituição Federal de 1988, no Artigo 216 que:

[...] patrimônio cultural são os bens “de natureza material e imaterial, tomados individualmente ou em conjunto, portadores de referência à identidade, à ação, à memória dos diferentes grupos formadores da sociedade brasileira [...]” (BRASIL, 1988, p.170).

Dessa maneira, são reconhecidos como patrimônio os elementos tangíveis e intangíveis e, para que estes sejam preservados e devidamente valorizados, não basta que sejam assentidos como patrimônio cultural ou tombados, é necessário que se tornem (re)conhecidos pelas pessoas e pela comunidade em que estão inseridos, de tal modo que estas sintam-se pertencentes a estes bens. Nesse sentido, a comunidade a qual o patrimônio faz parte precisa sentir-se responsável pelos bens culturais, formando assim um coletivo de proteção onde as pessoas prezam pela preservação de sua cultura.

O patrimônio cultural encontra-se inserido na linhagem a qual uma comunidade pertence, e essa cultura, não é considerada uma herança genética, mas sim, decorrência da adição do ser humano nos mais diversos contextos sociais (OLIVEIRA, 2016), ou seja, não é algo que nasce com uma pessoa, é algo que o indivíduo adquire a partir do meio em que vive, sendo então passível de

mudanças. Exemplo disso é o nosso gosto musical, que muitas vezes, passa por mudanças a depender do momento emocional que vivemos, do grupo de pessoas que estamos ou do local que frequentamos. Por vezes, a música que escutamos quando estamos em uma festa com amigos (mais alegre e agitada ou a música da moda), não é a mesma que escutamos quando queremos nos acalmar e relaxar sozinhos em casa (uma música especial que temos carinho, uma música que nos traz alguma lembrança boa, uma música clássica e menos agitada). Claramente, isto deriva do gosto pessoal de cada indivíduo, mas de maneira geral, podemos perceber essas mudanças nitidamente ao observar nosso comportamento em meios culturais distintos.

Seguindo esta linha de pensamento, Oliveira (2016), realiza uma reflexão a respeito da definição de cultura de Laraia (2001), que vem de encontro com o que colocamos, onde o autor afirma que a cultura é fruto da adaptação dos seres humanos aos diferentes locais que passam e vivem em um determinado tempo, sendo capaz então encarar desafios e situações diversas para mudar seu habitat. O autor ainda salienta, que a cultura pode ser tratada como acumulativa, pois resulta das vivências de várias gerações, mas, como o ser humano é passível de novas criações e mudanças, ele está em constante processo de mudança, sendo ele rápido ou lento, variando conforme o processo foi submetido, assim o ser humano torna-se produto e produtor da cultura, igualmente, concluindo então que não existe indivíduo que não possua carga cultural (OLIVEIRA, 2016).

Assim, pode-se dizer que o patrimônio cultural integra a cultura, mas nem tudo que consideramos cultura pode ser considerado patrimônio cultural, como citado anteriormente, é algo construído através da coletividade. Desta maneira, Florêncio (2016), reconhece que o patrimônio cultural é muito importante, sendo capaz de interligar pessoas e fazer-se algo coletivo a partir de elementos que o grupo se identifica.

O pertencimento está ligado a essa ideia de coletividade. De acordo com Wilton de Sousa (2010), o pertencimento busca a “constituição de um todo”, ou seja, é como se fosse constituído por início, meio e fim, onde o fim torna o pertencer um meio e uma necessidade, e o início é definido como algo que as pessoas tenham em comum. Dessa forma cada pessoa possui memórias individuais, como a goiabada que a mãe ou a avó fazia na infância. Mas a partir do momento que uma delas passa a vender a goiabada e ele começa a fazer parte do dia-a-dia de uma comunidade, ele passa a ser algo coletivo. O gosto da goiabada, o cheiro, o saber fazer, passa a ser uma memória coletiva, que têm valor não só para um indivíduo, mas também para a sociedade. Ele deixa de ser algo individual para se tornar coletivo, integrando não só a cultura de uma pessoa, mas de várias, podendo se tornar um patrimônio cultural.

Silva (2009), analisa a interpretação de memória coletiva do autor Halbwachs (2004), onde esta é construída com memórias individuais e interpretada como:

[...] o processo social de reconstrução do passado vivido e experimentado por um determinado grupo, comunidade ou sociedade. Este passado vivido é distinto da história, a qual se refere mais a fatos e eventos registrados, como dados e feitos independentemente destes terem sido sentidos e experimentos por alguém (HALBWACHS apud SILVA, 2009, p. 4).

Uma comunidade possui memórias em comum, como uma festa religiosa que une um grande número de pessoas em torno de um único objetivo; ou manifestações culturais que representam momentos de união, de representatividade da identidade cultural e a memória de um povo.

A história da comunidade é diferente de sua memória coletiva:

A história pretende dar conta das transformações da sociedade, a memória coletiva insiste em assegurar a permanência do tempo e da homogeneidade da vida, como um intento de mostrar que o passado permanece... Enquanto a história é informativa a memória é comunicativa./../. (HALBWACHS apud SILVA, 2009, p. 9)

E o que poderá garantir que esta memória coletiva se mantenha viva em uma comunidade? A relação entre a comunidade e esta memória, ou seja, “[...] a crença subjetiva numa origem comum que une distintos indivíduos. Os indivíduos pensam em si mesmos como membros de uma coletividade na qual símbolos expressam valores, medos e aspirações” (LÚCIA AMARAL in DICIONÁRIO DE DIREITOS HUMANOS, 2018). Quanto mais a comunidade se sente pertencente de tal memória, dessa coletividade, mais ela estará protegida e viva. O valor de pertencimento é o que mantém o patrimônio cultural, representado por essa memória coletiva, vivo.

E, de que maneira, podemos inserir o valor de pertencimento em uma comunidade? Através de processos metodológicos de educação patrimonial.

A educação patrimonial representa:

[...] todos os processos educativos formais e não formais que têm como foco o Patrimônio Cultural, apropriado socialmente como recurso para a compreensão sócio-histórica das referências culturais em todas as duas manifestações, a fim de colaborar para seu reconhecimento, sua valorização e preservação. [...] os processos educativos devem primar pela construção coletiva e democrática do conhecimento, por meio do diálogo permanente entre os agentes culturais, onde convivem diversas noções de Patrimônio Cultural (BEZERRA; CLEROT; FLORÊNCIO; RAMASSOTE, 2014, p. 19).

A sociedade necessita de uma alfabetização cultural para que entendam o valor de preservar o patrimônio, pois segundo Horta, Grunberg e Monteiro (1999), esta alfabetização “possibilita ao indivíduo fazer a leitura do mundo que o rodeia, levando-o à compreensão do universo sociocultural e da trajetória histórico-temporal em que está inserido. Estes autores ainda reforçam a ideia de que esta alfabetização ainda é importante para uma melhora da autoestima das pessoas e, por consequência amplia a valorização da cultura brasileira.

Neste sentido se insere o Iphan, que é uma autarquia federal vinculada ao Ministério da Cultura que preserva o Patrimônio Cultural Brasileiro. O Instituto foi criado em 13 de janeiro de 1937, por meio da Lei nº 378, assinada pelo então presidente Getúlio Vargas (IPHAN-DF, 2018). É dever do Iphan proteger e promover os bens culturais do País, ratificando sua permanência e fruição para as gerações presentes e futuras. No entanto, também é nosso dever proteger e valorizar nossa herança cultural, tanto material quanto imaterial. Com isso, advém a importância da educação patrimonial nos municípios, assim, preservando sua memória e sua identidade.

A Superintendência do Iphan em Minas Gerais que gerencia a administração, planejamento, operacionalização e execução das ações do Instituto, em âmbito estadual, produziu uma cartilha voltada ao público infantil, dissipando a educação patrimonial entre as escolas e para toda a população. A Cartilha denominada, “Helena e Jorge em Aqui se faz Queijo”, diz respeito ao modo de como se produzir o Queijo Minas Artesanal, certificado como Patrimônio do Brasil (IDEORAMA, 2017).

Nessa perspectiva, a Superintendência do Iphan no Ceará publicou uma obra intitulada “Sentidos de Devoção: Festa e Carregamento em Barbalha”, na qual Soares e Silva (SOARES; SILVA, 2013) descrevem a celebração popular de Santo Antônio, que data de 1928 e foi reconhecida como Patrimônio Cultural Brasileiro em 2015. Além de descrevê-la, os autores ainda promovem reflexões sobre a importância desta tradição na formação do sentimento de pertença das pessoas da região.

Ações como essa promovem a educação patrimonial e estimulam a própria comunidade a reconhecer e valorizar o seu patrimônio cultural.

A Superintendência do Distrito Federal elaborou, em 2006, uma cartilha intitulada, “Plano Piloto 50 anos”, cujo objetivo principal foi fornecer informação clara sobre o tombamento de Brasília e do que se faz necessário à preservação da cidade. Além disso, esclarece questões como: “O que é Tombamento e o que pode ser Tombado?”, que segundo a cartilha é:

[...] um Ato Administrativo realizado pelo Poder Público com o objetivo de preservar bens de natureza material de valor histórico, cultural, arquitetônico, ambiental e também de valor afetivo para a população, impedindo que venham a ser destruídos ou descaracterizados (IPHAN-DF, 2007).

Tratando-se da cidade de Lavras/MG, que tem como um de seus pilares as riquezas auríferas, os moradores da região obtiveram licença para erigir uma capela em honra da Senhora Sant’Ana, em 1751. Em torno dessa capela, hoje denominada Igreja do Rosário, a cidade foi se solidificando e criando forma, baseando sua economia na agricultura e pecuária. (IBGE, 2018). Com isso, podemos

compreender a amplitude dos bens patrimoniais da cidade de Lavras transmitidos por nossos ascendentes.

Hodiernamente, a cidade possui um acervo patrimonial material significativo e valioso, no qual, a Casa da Cultura “Sílvio do Amaral Bi Moreira” está inserida. Localizada na Rua Sant’Ana, a Casa foi construída em 1849, e tendo como proprietário o capitão Silvestre Alves de Azevedo. A edificação já teve inúmeras finalidades como: residência, Fórum da Comarca de Lavras, agência dos correios, radiotelegrafia, prefeitura, Câmara Municipal, biblioteca pública, Secretaria Municipal de Educação, e, finalmente, desde 1984, a Casa da Cultura “Sílvio do Amaral Bi Moreira”. Como também, em 1999, o famoso casarão da Rua Sant’Ana, foi tombado como Patrimônio Histórico de Lavras (PREFEITURA MUNICIPAL DE LAVRAS, 2017).

Por outro lado, outro grande patrimônio material em potencial é a Estação Ferroviária Costa Pinto, localizada na Rua Gustavo Pena, “foi um conjunto de estações localizadas ao longo das linhas férreas componentes da antiga Estação de Ferro Oeste de Minas (EFOM), aberta em 1880, ligando o sul de Minas ao oeste do Estado”. Atualmente, abriga o Teatro Municipal “João Pereira de Carvalho”. Além disso, em 1917 foram inauguradas as oficinas da EFOM, galpões em estilo clássico que contam um pouco da história da cidade e estão localizados na Zona Norte de Lavras/MG. Tinham como intuito a construção e reparação dos carros de passageiros, porém, com o fim das locomotivas a vapor, a oficina foi adequada nos padrões A.A.R. (Association American Railway) e passou a fazer a manutenção de locomotivas eletrodiesel da General Motors, hoje conhecida como Chevrolet (PREFEITURA MUNICIPAL DE LAVRAS, 2017).

Contudo, a EFOM no ano de 1910 construiu uma linha de bonde elétrico, no qual circulavam bondes trazidos de Hamburgo, Alemanha. Os bondes originais permaneceram circulando até o ano de 1967. Ademais existem ainda alguns remanescentes da linha, localizados em pontos específicos da cidade, sendo eles na Rua Sant’Ana, esquina da Rua Desembargador Alberto Luz; um na Praça Dr. Augusto Silva, no ponto de táxi em frente ao Hotel Vitória; um na Rua Otacílio Negrão de Lima; e um ainda no alto da Rua Francisco Sales, na parada de ônibus pouco acima do cruzamento com a Rua Prof. Azarias Ribeiro. Em 2015 os postes foram tombados pelo município (PREFEITURA MUNICIPAL DE LAVRAS, 2017).

Sob outra perspectiva, temos a Estátua “Ceres, deusa da agricultura, da terra e da fertilidade”, feita por Émile Louis Picault (1833-1915), um escultor parisiense, “foi adquirida em 1910, logo depois do Instituto Evangélico (atual Instituto Presbiteriano Gammon) adquirir uma fazenda modelo para iniciar a Escola Agrícola, hoje Universidade Federal de Lavras. Esta fazenda recebeu o nome de Ceres, em homenagem à deusa da Agricultura, da Terra e da Fertilidade”. Além da Estátua Ceres, a Estátua “O Agricultor”, também feita por Picault, foi obtida em 1930 com o intuito de homenagear a

Fazenda Modelo Ceres. Ambas tombadas como patrimônio lavrense em 1999 (PREFEITURA MUNICIPAL DE LAVRAS, 2017).

Além disso, a cidade conta ainda com a Igreja de Nossa Senhora do Rosário sendo a construção mais antiga de Lavras/MG e está localizada na Pr. Dr. Augusto Silva. Concebida entre os anos 1751 e 1754, a igreja foi tombada como Patrimônio Histórico e Artístico Nacional em 1948. Em 2002, a igreja também foi declarada patrimônio municipal lavrense. Também, temos a Igreja Matriz de Sant'Ana, localizada na Rua Francisco Sales e sendo inaugurada em 1917 (PREFEITURA MUNICIPAL DE LAVRAS, 2017).

É indispensável, ainda, a exaltação das grandes obras patrimoniais advindas do contexto urbanístico que desenha a cidade. A Praça Dr. Augusto Silva, antes nomeada de Largo de Sant'Ana (1754-1908), tem sua localização no Centro da cidade, e em 1940 a praça foi desmembrada sendo seu prolongamento sul batizado como Praça da Bandeira, que desde 1994 é chamada Praça Leonardo Venerando. Esses espaços são de suma importância para o seu entorno, sendo um local que possibilita aos moradores um ambiente repleto de harmonia e integração com a flora. Também nesse contexto encontra-se a Praça Dr. José Esteves, concebida em 1939 e localizada próximo à antiga estação ferroviária (PREFEITURA MUNICIPAL DE LAVRAS, 2017).

Existem edificações icônicas que devem ser ressaltadas ao se tratar do Patrimônio Cultural de Lavras/MG, umas delas é o prédio da Escola Municipal Álvaro Botelho, inaugurado em 1933 e localizado na Rua Ferreira da Costa. Seguindo essa linha de raciocínio, outra edificação importante para a cidade é o prédio da Escola Estadual Firmino Costa, inaugurada em 1883, nomeada como Casa de Instrução, com o propósito de alfabetizar os meninos pobres, órfãos e até adultos. Ambas as edificações são destinadas a fins institucionais também na atualidade. Além disto, temos o prédio do Museu Bi Moreira, inaugurado em 1922 devido ao crescimento da Escola Agrícola, hoje intitulada como Universidade Federal de Lavras. Somente em 1983 a obra tornou-se o Museu Bi Moreira, considerado o maior museu do Sul de Minas, por seu valor histórico. O prédio do Museu Bi Moreira foi tombado como patrimônio de Lavras em 2006 (PREFEITURA MUNICIPAL DE LAVRAS, 2017).

Diante de todos esses patrimônios citados, podemos perceber o quanto a cidade de Lavras (MG) é contemplada com este vasto acervo. No entanto, sabemos, que nem sempre as pessoas conseguem identificá-lo e, menos ainda, valorizá-lo. Com isso, o espaço analisado torna-se um cenário de pouca preocupação com o patrimônio, onde edificações de valor histórico e cultural são demolidas e descaracterizadas de maneira constante. É importante ressaltar que a preservação do patrimônio histórico e cultural de uma cidade deve se tornar um ato infundável por seus habitantes, com o intuito de promover a história de seus ascendentes.

No entanto, não foi possível comprovar a falta de pertencimento que a população tem com seu próprio legado devido ao fato de não ter sido realizadas entrevistas com a população. Mas realizando uma observação assistemática, percebe-se uma ausência de uma crença subjetiva numa origem comum que une essa comunidade. Logo, para uma pesquisa futura sugere-se realizar um trabalho embasado em entrevistas afim de confirmar esta suposição.

O presente estudo foi de suma importância para se ter um apelo inicial com relação ao conceito de pertencimento e como esse conceito se relaciona com o patrimônio. Além disso, foi idealizado um projeto de educação patrimonial através da confecção de um álbum de figurinhas, que se pretende trabalhar na cidade de Lavras/MG.

3 CONCLUSÕES

Nosso patrimônio, nossa identidade. De acordo com essa afirmação é possível iniciar uma discussão sobre como a desvalorização do patrimônio cultural nacional é preocupante. Somos frutos de uma sociedade que tem como sua principal diretriz a miscigenação, o que permite compreender a pluralidade dos estilos arquitetônicos por todas as cidades brasileiras. No entanto, essas obras materiais e imateriais passam despercebido aos olhos da grande maioria das pessoas. Filgueiras Gomes (2012), afirma que “estamos vivendo em uma era em que o patrimônio cultural tem sido muito discutido, porém, também é a era em que mais se destrói o patrimônio”.

O sentimento de pertencimento é fundamental para a sobrevivência do patrimônio cultural ao longo do tempo, e no município de Lavras analisamos grande depreciação do patrimônio. Ao se comparar Lavras a outras cidades de Minas Gerais, como Ouro Preto e Mariana, percebe-se que este município precisa aprimorar o sentimento de pertencimento e valorização com o patrimônio cultural local. Existem métodos que auxiliam na inserção do valor de pertencimento em uma comunidade, através de processos metodológicos de educação patrimonial.

Através dos estudos realizados para a execução desse trabalho, podemos perceber o quanto a cidade de Lavras (MG) é contemplada com este vasto acervo. No entanto, sabemos, que nem sempre as pessoas conseguem identificá-lo e, menos ainda, valorizá-lo. Com isso, o espaço analisado torna-se um cenário de pouca preocupação com o patrimônio, onde edificações de valor histórico e cultural são demolidas e descaracterizadas de maneira constante.

REFERÊNCIAS

BEZERRA, Juliana; CLEROT, Pedro; FLORÊNCIO, Sônia Rampim; RAMASSOTE, Rodrigo. **Educação Patrimonial: histórico, conceitos e processos** / texto de Sônia Rampim Florêncio, Pedro

Clerot, Juliana Bezerra e Rodrigo Ramassote. 2. ed. rev. ampl. – Brasília, DF: Iphan/DAF/Cogedip/Ceduc, 2014. 63 p. : il.; 28cm. ISBN: 978-85-7334-259-8.

BRASIL. Constituição de (1988). **Constituição da República Federativa do Brasil de 1988**. Brasília, DF: Presidente da República, [2016]. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constituicaocompilado.htm. Acesso em 04 de ago. 2020.

DICIONÁRIO DE DIREITOS HUMANOS. Disponível em: <http://escola.mpu.mp.br/dicionario/tiki-index.php>. Acesso em 29 de julho de 2018.

FERREIRA, José Heleno. A cidade como espaço de educação patrimonial: O direito à história e à memória. *Braz. J. of Develop.*, Curitiba, v. 6, n. 3, p. 13802-13816, mar. 2020. ISSN 2525-8761.

FILGUEIRAS GOMES, Marco Aurélio A. **Leituras e Releituras da História da Cidade: mas, afinal, quem Planeja o Território?**. *Leitura das Cidades*. Rio de Janeiro. Páginas 27-35. ANPUR. Editora Letra Capital, 2012.

FLORÊNCIO, Sônia Regina Rampim. **Educação Patrimonial: inventários participativos: manual de aplicação / Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional**. Brasília – DF, 2016. 134 p. : il. color. ; 21 cm. ISBN: 978-85-7334-281-9.

HALBWACHS, Maurice. *A memória coletiva*. São Paulo: Centauro, 2004. 222 p. ISBN 8588298741.

HORTA, M.; GRUNBERG, E.; MONTEIRO, A. **Guia Básico da Educação Patrimonial**. Brasília. Iphan — Museu Imperial, 1999. IBGE – Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística, 2017. Disponível em: <http://www.ibge.gov.br/home/>. Acesso em: 01 de maio de 2018.

IDEORAMA, Comunicação. **Helena e Jorge em aqui se faz queijo**. Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (IPHAN-MG): Superintendência do IPHAN em Minas Gerais., 2017. Cartilha educativa. Departamento de Patrimônio Imaterial.

IPHAN-DF, Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional. **Plano Piloto 50 anos: cartilha de preservação**. Brasília: Superintendência regional, 2007. IPHAN no Distrito Federal. Cartilha de preservação - Brasília.

IPHAN-DF, Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional. **Patrimônio Cultural**. Brasília: Superintendência regional, 2014. Disponível em: < <http://portal.iphan.gov.br/pagina/detalhes/218>>. Acesso em: 16 de outubro de 2018.

IPHAN-DF, Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional. **Patrimônio Mundial Cultural e Natural**. Brasília: Superintendência regional, 2014. Disponível em: < <http://portal.iphan.gov.br/pagina/detalhes/29>>. Acesso em: 16 de outubro de 2018.

IPHAN-DF, Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional. **Patrimônio Material**. Brasília: Superintendência regional, 2014. Disponível em: < <http://portal.iphan.gov.br/pagina/detalhes/276>>. Acesso em: 16 de outubro de 2018.

IPHAN-DF, Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional. **Patrimônio Imaterial**. Brasília: Superintendência regional, 2014. Disponível em: < <http://portal.iphan.gov.br/pagina/detalhes/234>>. Acesso em: 16 de outubro de 2018.

IPHAN-DF, Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional. **O Iphan**. Brasília: Superintendência regional, 2014. Disponível em: < <http://portal.iphan.gov.br/pagina/detalhes/872>>. Acesso em: 16 de outubro de 2018.

LARAIA, Roque de Barros. 1932 - **Cultura: um conceito antropológico** / Roque de Barros Laraia – 14. Ed. – Rio de Janeiro: Jorge Zahar Ed., 2001.

MENDES, Antônio Rosa. **O que é Patrimônio Cultural**. Editora Gente Singular, 2012.

MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL. Folheto. Patrimônio Cultural. Disponível em: < http://www.pgr.mpf.mp.br/conheca-o-mpf/publicacoes/folheteriatematica/09_web_folheteria_patrimonio_cultural_101.pdf>. Acesso em: 29 de julho de 2018.

OLIVEIRA, José Lisboa Moreira de. **O conceito Antropológico de Cultura**. 2016. Disponível em: <https://www.ucb.br/sites/000/14/PDF/OconceitoantropologicodeCultura.pdf>. Acesso em 29 de julho de 2018.

PATRIMÔNIO E HERENÇA CULTURAL, 2014. Vídeo produzido pelo programa Conexão Futura. Disponível em: <<https://www.youtube.com/watch?v=mmsJLebViNY>>. Acesso: 16 de outubro de 2018.

PREFEITURA MUNICIPAL DE LAVRAS. **PATRIMÔNIO – BENS TOMBADOS**. 2017. Disponível em: <<http://pml.lavras.mg.gov.br/conteudo/texto/1765>>. Acesso: 10 de fevereiro de 2019.

SILVA, Claudinei Fernandes Paulino da. **A Teoria da Memória Coletiva de Maurice Halbwachs em Diálogo com Dostoievski: Uma Análise Sociológica Religiosa a partir da Literatura**. Revista Theos – Revista de Reflexão Teológica da Faculdade Teológica Batista de Campinas. Campinas. 6ª Edição, V. 5 – Nº 2 – Dezembro de 2009. ISSN: 180-0215.

SOUZA FILHO, Carlos Frederico Marés de. **Bens culturais e sua proteção jurídica**. 3. Ed. rev. Atual. Curitiba: Juruá Ed., 2005. 177 p.

SOARES, Igor de Menezes; SILVA, Itala Byanca Morais da (org.). **Sentido de Devoção: festa e carregamento em barbalha**. Fortaleza: Iphan, 2013. 260 p.

WILTON DE SOUSA, Mauro. **O pertencimento ao comum mediático: a identidade em tempos de transição**. Texto revisado e ampliado, originalmente apresentado no 14th International Culture and Power – Identity and Identification, Ciudad Real, Espanha, abril de 2010, baseado em textos e publicações anteriores do autor. N° 34, Significação, 2010, p. 31- 52.